

## DEBATE

Ney Suassuna quer apurar denúncia de que escolas do MST incentivam o rancor. Heloísa Helena contesta, afirmando que "a sociedade capitalista é que cultiva o ódio".

PÁGINA 7

## TECNOLOGIA

Projeto que concede isenção fiscal na compra de equipamentos por cientistas tranca a pauta do Plenário.

PÁGINA 3

## RADIOAGÊNCIA

Mais de 540 emissoras no Brasil e no mundo divulgam material jornalístico produzido pela RadioAgência.

PÁGINA 11

## LIVROS

Conselho Editorial do Senado publica obras de grande interesse cultural e histórico, vendidas a preço de custo.

PÁGINA 11

## MÚSICA DO BRASIL

Rádio Senado abre espaço para a moderna música popular, nas vozes de Ana Carolina e Maria Rita.

PÁGINA 10

## PALESTRAS

Jornalistas políticos e especialistas falam sobre "O Parlamento Brasileiro: passado, presente e futuro".

PÁGINA 2

## e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 8

VOZ DO LEITOR

Página 8

FRASES

Página 8

CONHEÇA O SENADO

Página 11

Uso de células-tronco e plantio de soja transgênica aguardam definição

# Futuro das pesquisas está nas mãos dos senadores



CLAUDIO BEZERRA/EMBRAPA

Pesquisadora da Embrapa realiza pesquisa com organismo geneticamente modificado: atividade pode ter novas regras em breve

Líderes partidários no Senado e na Câmara dos Deputados se reúnem nessa segunda-feira com o senador Ney Suassuna, relator do projeto da Lei da Biossegurança em três comissões, na tentativa de contornar

obstáculos à votação da matéria. Um dos pontos controversos é a pesquisa com células-tronco, que foi excluída da proposta pela Câmara, mas voltou à discussão no Senado com o substitutivo apresentado pelo senador Osmar

Dias na Comissão de Educação. Além da polêmica, a Lei da Biossegurança enfrenta um problema de calendário: a autorização para o plantio da soja transgênica da safra de 2004, prevista no projeto aprovado pela Câmara.

PÁGINAS 4 A 6

## Subcomissão busca nesta semana texto consensual para informática



ROSEVELT PINHEIRO

Costa preside subcomissão

Um entendimento em torno dos incentivos fiscais para fabricação de monitores usados em computadores está sendo tentado por subcomissão do Senado. Outro ponto de divergência na proposta é a anistia para débitos fiscais de empresas que não cumpriram sua contrapartida no benefício.

PÁGINA 3

## Relator elabora nova versão para as parcerias público-privadas



ROSEVELT PINHEIRO

Raupp é relator das PPPs

Relator das parcerias público-privadas (PPPs), Valdir Raupp trabalha na elaboração de nova versão de seu substitutivo, incorporando pontos de consenso entre os senadores. O objetivo é facilitar a aprovação da proposta – discutida também por Ideli Salvatti e Tasso Jereissati.

PÁGINAS 3 E 9

## cidadania



RUBEN SILVA/MS

O teste que avalia o nível de glicose no sangue é um dos que compõem o diagnóstico do diabetes

## Hábitos saudáveis, receita contra uma epidemia mundial

Hábitos como sedentarismo e má alimentação estão por trás de uma doença sem cura: o diabetes, que afeta 17 milhões de brasileiros. O **Especial Cidadania** desta semana traz informações sobre formas de prevenção, controle e sintomas desse mal que já é considerado epidemia mundial.

PÁGINA 12



# endagendagendagendandagendagendaagendaagendaenda

## COMISSÕES

### TERÇA-FEIRA

#### 10h – MEIO AMBIENTE

**Audiência Pública** – O colegiado se reúne para comunicar a aprovação do requerimento que convida a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o chefe da Divisão de Feiras e Turismo do Ministério das Relações Exteriores, Antônio José de Souza e Silva, para audiência pública. O debate será sobre os motivos que levaram o Brasil a não mandar representantes ao encontro “Questão ambiental e sociedade urbana industrializada”.

#### 10h – EDUCAÇÃO

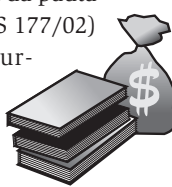
**Ancinav** – A comissão realiza audiência pública para discutir o projeto que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). Participam da reunião os ministros da Cultura, Gilberto Gil, e das Comunicações, Eunício Oliveira; os presidentes da União Nacional de Emissoras e Redes de Televisão, Antônio Defini Leite; e do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), Geraldo Moraes. Também foram convidados o cineasta Cacá Diegues; o diretor-executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg; e o vice-presidente dos Sindicatos dos Distribuidores dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Rodrigo Braga.

#### 10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Hepatite** – O primeiro item a ser analisado pela CAE é o substitutivo da Câmara ao projeto que estende aos portadores da forma crônica de Hepatite B ou da Hepatite C os mesmos direitos e garantias existentes para portadores do HIV e doentes de Aids, como isenção de impostos e fornecimento gratuito da medicação necessária ao tratamento (PLS 71/00). **Autor:** Câmara dos Deputados. **Relator:** Ana Júlia Carepa (PT-PA).

**Dívida Ativa** – A comissão discute ainda projeto de resolução (PRS 57/03) que permite que municípios contratem instituições financeiras privadas para a cobrança de suas dívidas ativas, recebendo em troca uma antecipação do valor dos créditos (PRS 57/03). A intenção é auxiliar os municípios a arrecadarem esses recursos e diminuir a inadimplência. **Autor:** senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). **Relator:** senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

**Estágios** – Consta da pauta projeto de lei (PLS 177/02) que destina recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ao financiamento de estágios remunerados em empresas e universidades. O texto da proposta cria bolsa de R\$ 200 por estudante e prevê financiamento integral do governo para universidades e parcial para empresas. **Autor:** senador José Agripino (PFL-RN). **Relator:** senador Mão Santa (PMDB-PI).



**A** sessão de segunda-feira, às 14h30, é não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. A partir da terça, às 14h30, os senadores reiniciam o esforço concentrado e devem votar as propostas previstas. Como a pauta da Casa está trancada, as sessões de quarta e quinta dependem do resultado da reunião do Plenário na terça. Na sexta-feira, a sessão volta a ser não deliberativa.

**SEGUNDA-FEIRA - 14h30:**  
Sessão não deliberativa

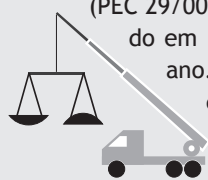
**TERÇA-FEIRA - 14h30:**

**Homenagem** – A hora do expediente vai celebrar o centenário de fundação e instalação dos municípios de Cruzeiro do Sul e de Sena Madureira, ambos no estado do Acre.

**Isenção à ciência** – A proposta (PLV 43/04) garante a isenção dos impostos de importação aos equipamentos adquiridos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por pesquisadores e por entidades sem fins lucrativos de ensino ou que realizem pesquisa científica e tecnológica, desde que sejam credenciados pelo CNPq. Originado da Medida Provisória 191/04, o texto tranca a pauta da Casa. **Autor:** Presidência da República.

**Informática** – O projeto regulamenta a Lei de Informática e reduz até 2019 a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de empresas de informática e automação, exceto as da Zona Franca de Manaus, que já possuem incentivos fiscais. A matéria (PLC 32/04) tranca a pauta porque tramita em regime de urgência. **Autor:** Presidência da República. **Relator:** senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

**Reforma do Judiciário** – Votação dos destaques apresentados à proposta de reforma do Judiciário (PEC 29/00), cujo texto básico foi aprovado em primeiro turno em julho deste ano. Entre as principais modificações sugeridas estão o controle externo do Judiciário, por meio do Conselho Nacional



#### 11h – QUESTÕES FUNDIÁRIAS

**Terras Indígenas** – A comissão externa, que discute a demarcação das reservas indígenas em alguns estados, ouve o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi. A comissão sugere a obrigatoriedade da homologação, pelo Senado, da criação de reservas indígenas. Atualmente, a demarcação é sugerida pela Funai e homologada diretamente pela Presidência da República. Outra proposta defende que o Conselho de Defesa Nacional seja consultado antes de haver demarcação de terras em região de fronteira. Também está sendo sugerida a interrupção da criação de reservas onde houver invasão de terras por índios.

#### 11h – INFRA-ESTRUTURA

**Indicação** – A comissão analisa a indicação de Gregório de Souza Rabêlo para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que vai ocupar a vaga deixada por Anália Ferreira Martins. **Autor:** Presidência da República. **Relator:** senador Gerson Camata (PMDB-ES).

**Cobrança** – Também deve ser discutido projeto (PLC 13/04) que proíbe a cobrança de qualquer valor para o restabelecimento do serviço pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica, de reabaste-

cimento de água e de saneamento.

**Autor:** deputado Wilson Santos (PSDB-MT). **Relator:** senadora Serys Shlessarenko (PT-MT).

**Rodovias** – A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura analisa ainda proposta (PLC 21/04) que pretende incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a interligação das rodovias federais BR-405 e BR-116, com extremos localizados na Paraíba e no Ceará. **Autor:** deputado Wilson Santos (PSDB-MT). **Relator:** senador José Maranhão (PMDB-PB).

#### 15h – ORÇAMENTO

**Liberação de Recursos** – Constam na pauta da Comissão Mista do Orçamento (CMO) seis pedidos de crédito ao Orçamento que chegam a R\$ 503,55 milhões. Os recursos solicitados suplementam as dotações do Ministério da Fazenda e das chamadas Operações Oficiais de Crédito, e ajustam o orçamento de investimento das empresas do grupo Eletrobrás. Os créditos também reforçam o caixa dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Saúde; da Cultura; do Esporte e do Turismo.

## Plenário

de Justiça, e a súmula vinculante, que obriga os juizes de primeira instância a seguirem as posições adotadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). **Autor:** o então deputado Hélio Bicudo (PT-SP). **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE).

**Orçamento** – Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta que torna o orçamento impositivo, obrigando que o governo execute a Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso (PEC 22/00). Na prática, busca impedir medidas como o contingenciamento de recursos por parte do Executivo. **Autor:** senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). **Relator:** senador César Borges (PLF-BA).

**Fundef** – Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do projeto (PEC 29/02) que duplica o prazo a vigência do Fundo de Manutenção e de Valorização do Magistério (Fundef). **Autor:** o então senador Francisco Escórcio. **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE).

**Idosos** – Primeira sessão de discussão em primeiro turno da proposta que determina o pagamento em espécie das obrigações devidas aos idosos, sem a expedição de precatórios. (PEC 1/03) **Autor:** senador Maguito Vivalda (PMDB-GO). **Relator:** senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

**Dentistas** – A proposta (PLC 3/02) obriga a rede de unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) a oferecer atendimento odontológico gratuito à população. **Autor:** deputado Ricardo Ferraço (PSDB-ES). **Relator:** senador Edison Lobão (PFL-MA).

**QUARTA-FEIRA - 14h30:** Agenda depende do resultado da sessão de terça.

**QUINTA-FEIRA - 14h30:** Agenda depende do resultado da sessão de quarta.

**SEXTA-FEIRA - 9h:** Sessão não deliberativa



## Congresso

### promove ciclo de palestras sobre Poder Legislativo

Durante toda esta semana, especialistas em Legislativo e jornalistas políticos renomados vão discutir a história e as perspectivas do Congresso no 1º ciclo de palestras “O Parlamento Brasileiro: passado, presente e futuro”, uma parceria entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Entre os palestrantes, destacam-se os professores da Universidade de Brasília (UnB), Antonio Barbosa, que vai falar sobre as origens do Parlamento e a sua atuação durante o período imperial, e David Fleisher, que discute as relações entre os Poderes Legislativo e Executivo; e os consultores Gilberto Guerzoni Filho e Luciana Botelho, que explicam os trâmites do processo legislativo e estatísticas sobre o número de projetos que tramitam pelas duas Casas.

O ciclo de palestras vai debater ainda temas como o Bicameralismo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, a agenda do Congresso no século 21 e o poder fiscalizador do Legislativo, por meio das comissões de inquérito e requerimentos de informações.

#### Articulação entre mídia e Congresso tem mesa-redonda

No último dia do evento será realizada mesa-redonda com o cientista político Paulo Kramer, os diretores das Secretarias de Comunicação do Senado e da Câmara, Armando Rollemberg e Márcio Araújo, e as jornalistas Tereza Cruvinel, colunista do jornal *O Globo*, e Eliane Cantanhêde, diretora de redação da sucursal da *Folha de S. Paulo* em Brasília. Eles vão debater a articulação entre os meios de comunicação e o Congresso.

Voltado para jornalistas e estudantes do último ano dos cursos de Comunicação Social, Ciência Política e História, o evento será transmitido por videoconferência para todas as assembleias legislativas do país pelo sistema Interlegis. Assim, os participantes que estiverem nas palestras, realizadas no auditório do Interlegis, serão acompanhados por aqueles dos estados. Mais de mil pessoas em todo o país vão participar do evento, que será certificado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).



## PLENÁRIO

# Governo rejeita anistia na Lei de Informática

**A**nistia às empresas que não investiram em pesquisa e a concessão de benefícios fiscais à produção de monitores de computador são os pontos que vêm atrasando a votação do projeto de lei que prorroga as isenções tributárias da chamada Lei de Informática no Senado. Para resolver o impasse, uma subcomissão (veja matéria abaixo) foi encarregada de aparar as arestas e propor um acordo que garanta a aprovação da matéria, desobstruindo a pauta do Senado antes das eleições de outubro.

O governo não concorda com a concessão da anistia fiscal – incluída no texto do Executivo pelos deputados – às empresas que tiveram direito a isenções fiscais mas deixaram de investir em ciência e tecnologia.



**Mercadante revelou que só uma empresa teria anistiados R\$ 80 milhões em débitos**

Atualmente, a lei determina que eles paguem ao governo os incentivos se não aplicarem em tecnologia.

No fim de agosto, os líderes

partidários sinalizaram que o Senado vai alterar o trecho do projeto que veio da Câmara e conceder prazo de seis anos para que as empresas invistam em tecnologia antes de serem obrigadas a ressarcir os benefícios recebidos.

– Investimento em pesquisa e desenvolvimento é a contrapartida dos incentivos fiscais. Gera emprego qualificado, gera tecnologia. Vamos dar um prazo para que invistam, cumprindo o compromisso feito anteriormente – disse o líder do governo e relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), depois de revelar que somente uma empresa seria anistiada em R\$ 80 milhões, caso o projeto fosse aprovado com este dispositivo.

## Incentivo para produção de monitores não será exclusivo

Os líderes partidários negociam acordo pelo qual as indústrias de Manaus não teriam exclusividade de incentivos para produção de monitores de computadores, como já têm para aparelhos de TV (tubos de imagem). O próprio governador do Amazonas, Eduardo Braga, participou da reunião na liderança do Senado que selou esse compromisso.

Os fabricantes amazonenses reivindicavam os mesmos benefícios, visto que, com a convergência tecnológica, os monitores de computador agora também são usados como TV, com o que discordavam as empresas de informática fora do Amazonas que já investiram em produção de monitores.

Ainda no mês passado, o

senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) alertou que o texto manteria privilégios às indústrias de monitores do Amazonas em relação às de outros estados, já que as instaladas fora de Manaus só poderiam fabricar monitores para uso exclusivo em computadores. Para ele, pela redação proposta, um fabricante de outro estado não faria jus aos incentivos da lei.

– O objetivo do projeto é manter o equilíbrio federativo, para não prejudicar a Zona Franca de Manaus naquilo que ela já faz bem, mas não criar novos incentivos que comprometam investimentos em outros estados – explicou Mercadante.

A subcomissão formada para superar as divergências ainda vai buscar um texto consensual



**Para Tourinho, texto em discussão mantém privilégios para indústrias do Amazonas**

no início desta semana. Encabeçada pelo relator na Comissão de Educação (CE), senador Hélio Costa (PMDB-MG), a subcomissão é composta pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

## Projeto estende benefícios fiscais até 2019

O projeto de lei que tranca a pauta do Senado desde 1º de agosto prorroga até 2019 os benefícios da Lei de Informática, ou seja, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedida às empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação (PLC 32/04).

A proposta estipula que as alíquotas de descontos do tributo deverão ser reduzidas gradativamente. As reduções vão de 95% a 20% no período inicial e chegam a 23% nos últimos anos e privilegiam empresas instaladas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O projeto detalha a aplicação da parcela de 5% do faturamento bruto das empresas da Zona Franca de Manaus que produzem bens e serviços de informática que deve ser investida em pesquisa e desenvolvimento.

Esse investimento obrigatório é a contrapartida das isenções fiscais concedidas pela lei para empresas com aporte anual superior a R\$ 15 milhões.

A matéria adapta a legislação do IPI ao que determina a Emenda Constitucional 42 (reforma tributária) e já tem pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação (CE) aprovados, dependendo ainda de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na CCJ, onde o relator foi o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), entre as quatro emendas aprovadas uma abre a possibilidade de compra de equipamentos via pregão, modalidade de licitação que nasceu depois da Lei da Informática, de 1991. Já na CE, onde o projeto foi relatado por Hélio Costa (PMDB-MG), foram aprovadas



**Hélio Costa: relator na CE acolheu três emendas ao texto aprovado pela CCJ**

três emendas. Uma delas inclui telefones sem fio entre os produtos beneficiados pelas isenções, dispensando os produtores de investir em pesquisa.

A proposta chegou ao Senado em maio e, com alterações, deverá ser novamente analisada na Câmara, antes de seguir à promulgação.

## Exame das PPPs ainda depende de acordo

O projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs) depende da desobstrução da pauta do Senado para ser votada antes das eleições de outubro. A proposta, já analisada pela Câmara e, no Senado, pela Comissão de Serviços de Infra-estrutura (CI), ainda precisa, após a votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As parcerias seriam mecanismos pelos quais os governos federal, estaduais e municipais firmariam contratos com empresas privadas para investimentos em obras de infra-estrutura, tais como construção de usinas hidrelétricas, ferrovias, rodovias, pontes etc.

O relator Valdir Raupp (PMDB-



**Valdir Raupp, relator das PPPs, trabalha na elaboração de um terceiro texto substitutivo**

RO) trabalha na elaboração de uma terceira versão de seu substitutivo, que pretende incorporar os itens que venham a ser consenso entre os senadores, para facilitar a aprovação da polêmica matéria.

## CAE pode votar parcerias caso haja consenso de lideranças

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), já se dispôs a convocar reunião extraordinária durante o esforço concentrado, mas aguarda acordo entre as lideranças partidárias, às vésperas das eleições municipais, para colocar em votação o projeto das parcerias público-privadas, em discussão na comissão desde maio.

Alguns pontos incluídos no relatório original do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) dividem as opiniões, como a previsão de que o ente público seja obrigado a indenizar o investidor privado, caso algum fato externo altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), é contra



**Presidente da comissão, Ramez Tebet aguarda posição dos líderes para convocar colegiado**

esse dispositivo. Para ele, isso seria como “socializar o risco do empreendimento”, ou, na definição do senador Saturnino Braga (PT-RJ), a implantação do “capitalismo sem riscos”.

Outro assunto polêmico é a fórmula de escolha dos parceiros. Pela mais recente versão do parecer de Raupp, a licitação poderá ser por envelope, leilão ou uma combinação das duas formas, sem que haja limitação da quantidade de lances.

## Na pauta, estímulo à pesquisa

Antes de começar a votação dos destaques à reforma do Judiciário, a primeira tarefa legislativa que os senadores têm que cumprir na semana de esforço concentrado é a votação do projeto de lei de conversão (PLV 43/04) que inclui cientistas e pesquisadores que atuem como pessoas físicas entre os beneficiários da isenção fiscal para aquisição de máquinas e equipamentos destinados à pesquisa científica e tecnológica.

Assim como o projeto de lei que prorroga os efeitos da Lei de Informática (veja reportagem no alto da página), o projeto, originado por uma medida provisória editada pelo presidente da República, tranca a pauta de votações desde o dia 31 de agosto, quando chegou ao Senado, depois de aprovado na Câmara dos Deputados.

A regra atual beneficia so-

mente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as entidades de pesquisa sem fins lucrativos. A isenção abrange os Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados (IPI), além do adicional para a renovação da frota da Marinha Mercante.

Segundo a medida provisória que deu origem ao projeto de lei de conversão (MP 191/04), os pesquisadores serão credenciados junto ao CNPq para poder ter acesso ao benefício e concorrerão a parcelas da mesma cota global divulgada anualmente pelo Ministério da Fazenda, o que não provocará aumento da renúncia fiscal.

A isenção atinge ainda a importação de partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários destinados à pesquisa científica e tecnológica.



**BIOSSEGURANÇA** Projeto, que inclui regras para transgênicos, entra na pauta do esforço concentrado

## Senado tenta acordo para votar lei que disciplina pesquisa

Em meio à polêmica que divide setores dentro do próprio governo, como é o caso do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura, a Lei da Biossegurança, depois de aprovada na Câmara, deverá ser um dos temas principais na pauta do esforço concentrado desta semana.

No Senado, substitutivo ao projeto, do senador Osmar Dias (PDT-PR), foi aprovado em julho na Comissão de Educação (CE), mas outro relatório, que está sendo concluído pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), será discutido nesta segunda-feira (dia 13) com os líderes dos partidos no Senado e na Câmara. Suassuna, relator do projeto em outras três comissões - Assuntos Sociais (CAS), Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e Assuntos Econômicos (CAE)-, busca um acordo para viabilizar a aprovação do projeto até quinta-feira.

A nova Lei da Biossegurança, que irá substituir o texto em vigor desde 1998, foi encaminhada pelo Executivo ao Congresso no fim do ano passado, como resposta a problemas com o contrabando de sementes de soja transgênica da Argentina, que motivou uma série de ações judiciais.

### Câmara vetou pesquisa com células-tronco

Além de estabelecer regras para a pesquisa e comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs), sob a coordenação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), o projeto do Executivo permitia pesquisas com células embrionárias (células-tronco). No entanto, a medida foi excluída do projeto da Câmara dos Deputados, por pressão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da bancada evangélica naquela Casa.

As pesquisas com células-tronco foram debatidas em audiências públicas realizadas nas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação. Pesquisadores, entre eles o oncologista Dráuzio Varella, defenderam pressa na aprovação das pesquisas, objetivando a utilização da biotecnologia para a recuperação de tecidos e órgãos do corpo humano. Osmar Dias e Ney Suassuna defendem a aprovação dessas pesquisas. Osmar Dias chegou a propor na CE o desmembramento do projeto, para que a questão fosse tratada de forma separada.

### Desmembramento do projeto foi descartado por impedimento regimental

Na semana passada, Suassuna discutiu com o ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, uma alternativa para apressar a votação da lei. O projeto seria desmembrado para que fosse votado apenas o dispositivo já aprovado na Câmara, que prorroga a autorização para o plantio e comercialização da soja transgênica por um ano. Entretanto, a alternativa não foi adiada, por questões regimentais.

Caso não haja acordo para votar o projeto nesta semana, o governo precisará editar nova medida provisória, permitindo o plantio da soja modificada, segundo afirmou Suassuna. Os produtores de soja, um dos principais itens da pauta de exportação do país, têm até outubro para plantar a próxima safra.



### Entrevista

O senador Ney Suassuna, relator da Lei da Biossegurança em três comissões - Assuntos Sociais, Constituição e Justiça e Assuntos Econômicos -, reúne-se nesta segunda-feira com os líderes no Senado e na Câmara para tentar um acordo sobre o projeto. Ele defende maior autonomia para a CTNBio e a redução do número de integrantes.



Para Suassuna, Congresso sairá fortalecido se apresentar solução para o impasse

### O sr. acredita que o projeto poderá ser votado pelo Senado nesta semana?

- O objetivo seria votar a Lei da Biossegurança no Senado e na Câmara até outubro, mas o projeto precisa de algumas definições. Diante desse prazo, propusemos ao ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, a edição de medida provisória para que fosse resolvido o problema mais urgente, que é a autorização para o plantio da soja transgênica da safra de 2004. Mas o ministro deixou claro que o governo não quer editar mais uma MP, já que existem 17 obstruindo a pauta da Câmara.

### Diante desse impasse, como o senhor pretende conduzir as negociações?

- Nesta segunda-feira (13), vou conversar com os líderes dos partidos no Senado e na Câmara para ver se é possível contornar os obstáculos. Diante da situação, ou se consegue firmar um acordo para votar todo o texto do projeto, ou então a alternativa seria "fatiar" a proposta, levando à votação apenas o dispositivo que prevê a prorrogação por um ano do prazo para o plantio da soja geneticamente modificada. Mas regimentalmente a segunda alternativa não é viável. Dependendo do cenário, o governo não terá outra saída e precisará editar uma MP.

### O governo não quer o desgate de uma MP que envolve este assunto polêmico?

- O presidente Lula deixou claro que a posição do governo não seria nesse sentido, em função do excesso de medidas

provisórias. Aldo Rebelo disse que o presidente tem a expectativa de que o Congresso busque a solução para o impasse. Acredito que, se encontrarmos uma saída, estaremos prestigiando o Congresso e poupando o presidente de editar uma nova MP.

### Além do plantio da safra de 2004, quais são os principais problemas para aprovar a Lei da Biossegurança?

- Um das questões é a composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que hoje conta com 27 integrantes. Esses conselheiros, hoje, não têm obrigação de estar sempre presentes às

*"A CTNBio, com a estrutura atual, não poderá cumprir bem o seu papel"*

reuniões. Não recebem salário para isso e as diárias são muito baixas. Por isso, eles acabam vindo a Brasília apenas uma vez por mês. A CTNBio, com a estrutura atual, não poderá cumprir bem o seu papel.

### E como seria essa nova estrutura?

- Acredito que o número de integrantes poderá ser reduzido para nove e que sejam dadas condições de estarem presentes nas decisões sobre biossegurança. O senador Osmar Dias, em seu substitutivo aprovado na Comissão de Educação, já prevê essas mudanças. Veja o caso do milho transgênico produzido nos Estados Unidos. O milho deve ser plantado só para con-

sumo animal e longe de outras plantações, mas, quando essa semente modificada chegou ao México, acabou se misturando, e o produto causou uma onda de alergia.

### O senhor defende autonomia de decisão para a CTNBio, mas como seriam decididas as eventuais contestações?

- Precisamos de um órgão recursal para os questionamentos que possam ocorrer a partir de decisões tomadas pela CTNBio. A minha idéia, que teve apoio do ministro Aldo Rebelo, é levar esses conflitos para decisão do conselho de ministros.

### A Câmara vetou pesquisas com embriões. Qual é a posição do sr. sobre o assunto?

- No substitutivo que estou preparando, as pesquisas com células embrionárias serão autorizadas. O ideal seria utilizar as chamadas células-tronco até o 4º dia de fertilização, quando ainda não são especializadas, e por isso poderão ser utilizadas para recuperar órgãos e tecidos. As células-tronco encontradas nos cordões umbilicais já não têm uma aplicação tão ampla.

### A CNBB levanta questões éticas quanto à utilização de células de embriões. Como o sr. vê essa posição?

- Até o 15º dia de fertilização ainda não existe o sistema nervoso. A minha tendência é prever a utilização de embriões, congelados ou não, desde que cumprido o prazo de 15 dias. Sou uma pessoa religiosa, mas, se Deus deu inteligência ao homem para chegar a esse nível de pesquisa, é porque elas devem ser feitas.

## Sementes contrabandeadas deflagraram a polêmica

A polêmica teve início quando agricultores do Rio Grande do Sul começaram a plantar soja transgênica produzida pela empresa multinacional Monsanto, que detém a patente do produto, a partir de sementes contrabandeadas da Argentina. Nessa ocasião, a empresa pediu à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) a liberação do cultivo comercial da soja conhecida como *Roundup Ready*.

Em 1999, a Justiça Federal em Brasília proibiu a comercialização da soja modificada sem prévios Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), com base

no artigo 225 da Constituição (princípio da precaução). Embora houvesse decisão judicial sobre a questão, os agricultores continuaram a plantar a soja modificada.

Diante da pressão dos agricultores, em 2003 o governo editou duas medidas provisórias: a MP 113/03, que permitiu comercializar a safra de 2002/2003, e a MP 131/03, autorizando o plantio de sementes que estavam estocadas.

Em 2003, a desembargadora do Tribunal Regional Federal (TRF), em Brasília, Selene Maria Almeida, concedeu efeito suspensivo à decisão da Justiça Federal que proibia

a comercialização da soja. A decisão foi contestada pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Nicolao Dino, com base em decisão do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que determina a realização de EIA/RIMA para OGMs.

As MPs - depois convertidas em lei - motivaram o ingresso de inúmeras ações diretas de inconstitucionalidade (ADINs) no Supremo Tribunal Federal (STF), entre elas, do Partido Verde e do Greenpeace. O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, também apelou ao STF, argu-

mentando que a lei desrespeitava ações judiciais em vigor. O tribunal ainda não se pronunciou sobre o assunto.

No fim de 2003, o governo enviou ao Congresso projeto para resolver o impasse. Em meio a pressões de ruralistas e de pesquisadores, a Câmara aprovou um substitutivo que limitou a autonomia da CTNBio e proibiu utilização de células embrionárias. No Senado, o projeto já teve parecer na Comissão de Educação (CE) e vai agora a outras três: Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e Assuntos Econômicos (CAE).



## BIOSSEGURANÇA



CAS reúne os pesquisadores Marco Antônio Zaco (USP), Mayana Zatz (USP) e Patrícia Pranke (UFRGS)

## Cientistas defendem o uso de células-tronco

As pesquisas envolvendo a utilização de células-tronco de embriões humanos foram objeto de um grande debate na audiência pública proposta pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– Pôde-se constatar que há unanimidade entre os cientistas. Nenhum deles deseja produzir embriões para a pesquisa, mas querem uma lei autorizando a utilização

dos embriões que estão nas clínicas de fertilização e que, após cinco anos, têm destino incerto – disse Lúcia Vânia.

A professora Patrícia Pranke, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, criticou o projeto da Câmara, que proíbe a clonagem reprodutiva, a produção de embriões para serem utilizados exclusivamente em pesquisas e o seu comércio. “Queremos apenas usar aqueles embriões de qualidade duvidosa e aqueles que os pais não têm mais interesse”, defendeu a pesquisadora.

### Só um dos convidados criticou pesquisas

Os pesquisadores discordaram da proposta do relator na Comissão de Educação, senador Osmar Dias (PDT-PR), de desmembrar o projeto (um deles trataria especificamente de células-tronco). Alguns debatedores chamaram a atenção para a necessidade “de uma corrida contra o tempo”, para que

o país não ficasse defasado em relação a outros, como o Japão, que estão desenvolvendo linhas de pesquisas nessa área. O oncologista Dráuzio Varela (foto) e a coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano da Universidade de São Paulo, Mayana Zatz, defenderam a liberação das pesquisas.

– Precisamos aprovar o projeto o mais rápido possível, pois estamos perdendo tempo precioso. Tratamentos possíveis não vão surgir de uma hora para outra – afirmou a pesquisadora, para quem as pesquisas com células-tronco de medula óssea e de cordão umbilical não são suficientes, já que “as células de embriões são muito mais promissoras”.

Apenas o filósofo da Pontifícia Universidade Católica do Rio, André Soares, mostrou-se contrário ao uso de células-tronco, seguindo posição da Igreja Católica.

*Especialistas alertam para risco de o país ficar defasado nas pesquisas*

## Senador quer maior autonomia da CTNBio na aprovação de projetos

Outro objeto de debate nas audiências públicas promovidas pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), na Comissão de Educação, foi o grau de autonomia da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) na aprovação de projetos e na comercialização de produtos geneticamente modificados. Relator do projeto, Osmar Dias defendeu durante as audiências maior autonomia para a CTNBio, contrariando proposta da Câmara, que limitava o

poder terminativo da comissão à aprovação de pesquisas com organismos geneticamente modificados (OGMs). O secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luis Manuel Rebelo Fernandes, adotou posição semelhante. Ele afirmou que os senadores deveriam garantir, no projeto, “o direito de conceder à comissão parecer técnico e definitivo, não apenas no caso de pesquisas, mas também da

comercialização dos produtos”. Técnicos do Ministério do Meio Ambiente defenderam a manutenção do texto da Câmara, que obriga a CTNBio a ouvir os órgãos técnicos, como Ibama e Anvisa, antes de decidir sobre a liberação de produtos transgênicos. A ministra Marina Silva atuou para que o texto encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional deixasse claro o papel desses órgãos nos processos analisados pela CTNBio.

## Relatório de Osmar Dias divide opiniões

O substitutivo de Osmar Dias ao projeto da Câmara foi elogiado pelos ruralistas, mas encontra resistências no Ministério do Meio Ambiente, por conceder maior poder à CTNBio, e contraria a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que não aceita pesquisas com células-tronco, mesmo com as regras rígidas propostas. O episcopado brasileiro acompanha de perto as discussões no Congresso.

– Se o Ministério do Meio Ambiente e outras áreas ambientais lerem com atenção o meu substitutivo, acredito que irão concordar que essa é uma proposta voltada para o bem da sociedade brasileira – defende o relator.

Sobre a utilização de células-tronco, Osmar Dias afirmou que foi aberta essa possibilidade, “mas com regras bem claras”.

– Só poderão ser destinadas às pesquisas células embrionárias,

congeladas antes de completarem cinco dias e quando tiverem três anos de congelamento, após a publicação da lei.

Quanto à limitação de atribuições imposta à CTNBio no projeto da Câmara, Osmar Dias defendeu as mudanças aprovadas pela Comissão de Educação (CE) que ampliaram esse poder de decisão. “De acordo com o projeto da Câmara, a CTNBio não poderia decidir sobre transgênicos, mas apenas oferecer parecer. Nós demos a competência de decisão à CTNBio, mas, ao mesmo tempo, oferecemos dois caminhos: se os órgãos de registro (Ibama e Anvisa) não concordarem com a posição da CTNBio poderão recorrer no prazo de 15 dias e, no caso de discordância, a questão será decidida pelo Conselho Nacional de Biossegurança, vinculado à Presidência da República”, afirmou o senador.



Para o senador Osmar Dias, seu substitutivo cria regras bastante claras para as pesquisas com as células-tronco

## Proposta reduz membros do conselho de 15 para 9

Outra mudança destacada por Osmar Dias foi a redução no número de integrantes do Conselho Nacional de Biossegurança: a Câmara previa 15 representantes, mas o relator diminuiu para nove.

– Decidimos excluir alguns ministros que representam áreas que não estão diretamente afetas à biossegurança, como Defesa, Planejamento e Fazenda – informou o relator.

Ele acredita que, com o substitutivo aprovado na CE, foi possível encontrar “uma posição intermediária entre o que a Câmara propôs e o que estabelecia a proposta do primeiro relator do projeto. O primeiro substitutivo, depois modificado por um segundo relator e levado ao Plenário, reconhece o senador, estava mais próximo do que ele defendeu em seu parecer.

## Principais pontos do substitutivo

### ATRIBUIÇÕES DA CTNBIO

Cabe à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) decidir sobre todas as liberações de organismos geneticamente modificados (OGMs) para fins de pesquisas e de comercialização. Faculta os recursos dos órgãos de registro, licenciamento e fiscalização contra deliberação da CTNBio. Abre a possibilidade de a própria CTNBio deixar ao encargo daqueles órgãos a elaboração final da autorização. O projeto da Câmara dá autonomia para a comissão decidir apenas sobre pesquisas envolvendo OGMs.

### CÉLULAS-TRONCO

Inclui artigo que permite a utilização de células embrionárias remanescentes

do processo de fertilização *in vitro*, desde que haja o consentimento prévio de seus doadores. Os conjuntos embrionários só poderão ser utilizados até cinco dias após a fertilização e deverão estar congelados há três anos na data de publicação da lei. Se ainda não tiverem esse prazo de congelamento, devem atingir os três anos. O projeto da Câmara veta a clonagem terapêutica e de pesquisas com células-tronco.

### CONSELHO NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

Mantém a criação do colegiado, mas diminui o número de integrantes de 15 para nove, excluindo aquelas áreas que não estão diretamente ligadas à biossegurança.



## BIOSSEGURANÇA

# Na Câmara, relatores com visões distintas

O projeto da Lei da Biossegurança deveria ter sido votado em regime de urgência pela Câmara durante a convocação extraordinária de janeiro deste ano, mas a nomeação do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) para ministro da Coordenação

Política do governo adiou a aprovação para fevereiro. O texto do Executivo foi modificado por Rebelo, mas a proposta não chegou a ser votada na comissão especial que discutiu o tema.

Rebelo dava maior poder à CTNBio, sob o argumento de que as normas propostas no projeto do Executivo colocavam dificuldades à realização de pesquisas no país com organismos geneticamente modificados (OGMs). O texto preliminar definia a comissão como "órgão responsável e soberano para autorizar pesquisas e comercialização de OGMs". De acordo com Rebelo, o objetivo era "harmonizar o desenvolvimento científico com a obrigação de preservar a diversidade do material genético do país e, ao mesmo tempo, fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa

envolvendo OGMs".

A proposta, criticada pelos ambientalistas, acabou modificada pelo novo relator indicado, com a saída de Rebelo. O deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE), depois de negociações difíceis, conseguiu restabelecer pontos do projeto do Executivo, agradando à área ambiental. O poder da CTNBio ficou mais restrito.

Em relação às células-tronco, Calheiros, mesmo diante da pressão de pesquisadores pela liberação, cedeu à Igreja Católica. Uma emenda de diversas lideranças aprovada em Plenário proibiu a clonagem humana para fins reprodutivos e também a produção de embriões humanos destinados a servir como material biológico disponível.

Atendendo à bancada ruralista, Renildo Calheiros incluiu no projeto a prorrogação por um ano da Lei 10.814/03, que liberou a comercialização da safra transgênica de 2004.



## Glossário

**Célula germinal humana** - célula-mãe responsável pela formação de gametas presentes nas glândulas sexuais femininas e masculinas e suas descendentes.

**Células-tronco embrionárias** - têm o potencial de formar todos os tecidos humanos. Podem ser retiradas de embriões excedentes em clínicas de fertilização, por não terem qualidade para implantação ou por terem sido congeladas por muito tempo. Podem ainda ser obtidas pela técnica de clonagem terapêutica.

**Clonagem** - processo de reprodução assexuada, produzida artificialmente, baseada em um único patrimônio genético, com ou sem utilização de técnicas de engenharia genética.

**Clonagem para fins reprodutivos** - clonagem com a finalidade de obtenção de um indivíduo.

**Clonagem terapêutica** - técnica de

transferência de núcleos para obtenção de células-tronco com a finalidade de produzir tecidos para tratamento de doenças e lesões.

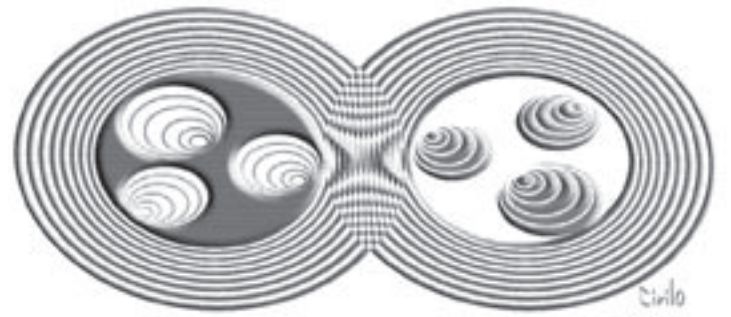
**Engenharia genética** - atividade da produção e manipulação de moléculas de ADN/ARN recombinante.

**Lei da Biossegurança** - estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam os organismos geneticamente modificados (OGMs).

**Organismo** - toda entidade biológica capaz de reproduzir ou transferir material genético, inclusive vírus e outras classes que venham a ser conhecidas.

**Organismo geneticamente modificado (OGM)** - organismo cujo material genético - ADN/ARN - tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética.

## Análise



## Projeto é ambíguo sobre a clonagem terapêutica

CARMEN RACHEL SCAVAZZINI MARCONDES FARIA

O Senado Federal está discutindo, no âmbito do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 9, de 2004, regras para a pesquisa e o uso terapêutico de células-tronco embrionárias humanas - tema polêmico, em razão das dimensões éticas e religiosas que cercam esses estudos.

Termos como "células-tronco", "terapia celular", "clonagem terapêutica", "clonagem reprodutiva" (veja o glossário nesta página) envolvem conceitos científicos complexos, cuja compreensão é indispensável para análise fundamentada da matéria.

As células-tronco (CTs) mantêm a capacidade de se transformar em diversos tipos de células, ou seja, de gerar células especializadas - daí sua importância em aplicações terapêuticas.

As CTs embrionárias são derivadas do embrião nos estágios iniciais de desenvolvimento e são elas que darão origem a todos os tipos de células dos tecidos do corpo. Por essa versatilidade, apresentam, segundo os especialistas, extraordinário potencial para o tratamento de doenças, hoje incuráveis, e para a regeneração de tecidos e órgãos lesionados.

### Ação curativa das CTs atrai pesquisadores

As CTs também podem ser encontradas em tecidos diferenciados de um organismo adulto - na medula óssea, por exemplo, - ou ainda no sangue de cordão umbilical e de placenta. São as CTs adultas, sobre as quais não recai qualquer vedação de uso. Embora apresentem, também, potencial terapêutico, a ciência ainda não sabe se elas têm a mesma capacidade de diferenciação das CTs embrionárias e, por consequência, se serão tão eficazes quanto estas últimas na ação curativa.

Como obter, então, as valiosas CTs embrionárias? A partir de embriões excedentes de fertilização *in vitro*, estocados nas clínicas de reprodução assistida, ou por clonagem terapêutica.

A clonagem terapêutica pressupõe a formação de um embrião - a partir da transferência de núcleo de uma célula adulta para um óvulo enucleado - com

a finalidade exclusiva de produzir CTs embrionárias para fins terapêuticos. A transferência nuclear aplica-se igualmente no caso da clonagem reprodutiva, só que, nessa hipótese, para o desenvolvimento de um indivíduo, é necessário o implante do embrião clonado em um útero.

### Câmara vetou uso de células embrionárias

A clonagem reprodutiva e a pesquisa e a terapia com CTs embrionárias, obtidas por clonagem ou não, são proibidas pela legislação em vigor, veto que foi mantido pela Câmara dos Deputados quando da apreciação do PLC 9/04, que objetiva alterá-la. Não há, entretanto, qualquer óbice legal para a pesquisa e a terapia com CTs adultas, procedimentos que, aliás, já são realizados no Brasil.

Recentemente, a Comissão de Educação desta Casa aprovou substitutivo ao PLC 9/04 autorizando o uso, para fins terapêuticos, de CTs embrionárias - obtidas a partir de embriões excedentes dos processos de fertilização *in vitro* (art. 4º) ou produzidas por clonagem tera-

*A redação não permite que se evidencie o conteúdo e o alcance da norma*

pêutica (art. 5º, VI, b). No entanto, a redação adotada não permite que se evidencie, com clareza, o conteúdo e o alcance que se pretende dar à norma. O projeto é particularmente ambíguo no que tange à permissão da clonagem terapêutica. É o caso do art. 5º, que, no inciso V, proíbe a "produção de células embrionárias humanas, em qualquer estágio, para servir como material biológico disponível" e, no inciso VI, b, excetua "a clonagem terapêutica para obtenção de células-tronco".

Outro ponto merece ser questionado: o PLC 9/04, em essência, regula atividades que envolvem organismos geneticamente modificados. No entanto, incorpora dispositivos que não guardam qualquer relação com o escopo do projeto e deveriam, portanto, ser tratados em legislação própria, como mandam a lei e a boa técnica legislativa.

O projeto, agora, vai a exame das Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

CARMEN RACHEL SCAVAZZINI MARCONDES FARIA é consultora legislativa do Senado Federal

## ANCINAV

## Ministros discutem a criação de agência

Nesta terça-feira (14), a partir das 10h, a Comissão de Educação (CE) realiza audiência pública para discutir o anteprojeto de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), apresentado pelo Ministério da Cultura. O debate foi solicitado pelo presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), que convidou os ministros da Cultura, Gilberto Gil, e das Comunicações, Eunício Oliveira.

Esta será a primeira oportunidade de os senadores discutirem o texto, que causou fortes reações de setores que viram na proposta uma forma de interferência no processo editorial ou criativo. Os ânimos se acalmaram depois de o ministro da Cultura admitir a necessidade de correção de alguns artigos. Gilberto Gil também garantiu que "qualquer artigo da minuta que possa ser interpretado como interferência indevida será reescrito ou eliminado".

O Ministério da Cultura submeteu o anteprojeto ao Conselho Superior de Cinema depois de ser elaborado por técnicos que analisaram a legislação do setor em outros países. Os membros do conselho devem examinar a proposta e oferecer sugestões num prazo de dois meses. Somente então a versão final do projeto deve ser encaminhada ao Congresso, onde a tramitação começa pela Câmara.

A exposição de motivos que acompanha o anteprojeto prevê como de "fundamental importância estabelecer os meios de controle e fiscalização das atividades cinematográficas e audiovisuais e os mecanismos que impulsionem o seu desenvolvimento". Essa posição se baseia no entendimento de que as atividades cinematográficas e audiovisuais são um setor da economia que movimentam grandes recursos e estão relacionadas aos valores culturais, éticos, políticos e so-

ciais do povo.

Para isso, a Ancinav substituiria a atual Agência Nacional do Cinema (Ancine) e o Conselho Superior do Cinema seria transformado em Conselho Superior do Cinema e do Audiovisual, como órgão de reflexão sobre a política nacional para o setor.



Ministro Gilberto Gil pode participar do debate sobre o anteprojeto



## PLENÁRIO

# Virgílio pede solução para exportações

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu mais empenho do governo para resolver pendências comerciais com a Argentina, especialmente no que se refere à exportação de eletrodomésticos. O ministro argentino da Economia, Roberto Lavagna, chegou ao Brasil no dia 9 com a finalidade de discutir as barreiras impostas a uma série de produtos brasileiros.

Para Arthur Virgílio, é urgente a intervenção do governo porque as restrições às exportações estão gerando prejuízos especialmente ao Pólo Industrial de Manaus.

Virgílio criticou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, que, de acordo com reportagem do jornal *Gazeta Mercantil*,

teria afirmado, referindo-se aos prejuízos da região com as barreiras argentinas, que "a indústria de Manaus precisa de maior divulgação".

O senador disse que a afirmação não aponta "nem de longe" uma forma de resolver o impasse. Enquanto isso, acrescentou, as máquinas de lavar brasileiras estão paradas na fronteira, à espera que pendências burocráticas sejam resolvidas.

Segundo informação da coordenadora da Comissão de Comércio Exterior da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletrons), Maria Teresa Bustamante, a Argentina tem diversos acordos bilaterais que podem dar a terceiros países

**Virgílio condenou declarações do ministro Furlan sobre as indústrias da Zona Franca de Manaus**

benefícios próximos aos acordos firmados na formação do Mercosul, destacou o senador.

– Para ela, o problema não reside apenas no setor de eletroeletrônicos nem poderá ser solucionado por empresários dos dois países. Serão necessárias regras institucionais e jurídicas claras, a partir de decisões dos governos – ressaltou Arthur Virgílio.



J. FREITAS

## Suassuna quer investigação em escolas para sem-terra

Durante pronunciamento em Plenário, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu que o governo apure denúncia publicada pela revista *Veja* de que as escolas públicas que funcionam nos assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teriam conteúdo programático diferente daquele aprovado pelo Ministério da Educação e que as aulas estariam sendo usadas como instrumento de doutrina política.

Suassuna comparou o conteúdo do ensino que estaria sendo ministrado nas escolas do MST com o que conheceu na região de conflito entre Israel e Palestina.

– Saímos de lá chocados e convictos de que é impossível ajudar de alguma forma. É um ódio de séculos e não chegaremos, no nosso tempo de vida, a ver uma solução que traga a paz para aquela região. Agora vejo esse fenômeno ser reproduzido no Brasil nas escolas do MST contra o que chamam de "burgueses" – alertou.

Logo após o discurso, a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) rebateu as informações da reportagem. Segundo ela, acontece o contrário nas escolas do MST, onde as crianças são ensinadas

sobre o sentido do patriotismo e da irmandade entre os povos, além da solidariedade e da fraternidade.

– A sociedade capitalista é que cultiva o ódio, que corrompe o sentido humano, que destrói pessoas, que violenta e gera pessoas violentas. É a sociedade capitalista que coloca crianças de oito anos como olheiros da estrutura podre do narcotráfico e as paga com sanduíches de mortadela ou pedras de *crack*. Que empurra meninas de oito, nove, dez anos para vender o corpo por um prato de comida – afirmou Heloisa Helena, para quem a luta pela terra independente de convicções ideológicas.



CELIO AZEVEDO

**Heloisa Helena rebate denúncia: escolas do MST ensinam a fraternidade**

### Guerra destaca artigo que vê "retrocesso democrático"

O líder da Minoria, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de artigo do advogado Ives Gandra Martins, publicado no *Jornal do Brasil* do dia 26 e intitulado "O retrocesso democrático".

– O artigo confirma que o desempenho do governo Lula é marcado pela tentativa de se estabelecer no país um modelo de governo e de Estado baseado no controle da sociedade, por meio da implantação do que se poderia chamar de "direito autoritário" – comentou Sérgio Guerra.



Sérgio Guerra

### Valmir Amaral elogia fiscalização de municípios

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) elogiou, em pronunciamento, o Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos, colocado em prática pela Controladoria Geral da União (CGU).

O programa já fiscalizou mais de R\$ 2 bilhões aplicados em 501 municípios do país. Ele considera o sistema eficaz por estimular práticas rigorosas na aplicação dos recursos.



Valmir Amaral

### Líder do PSDB solicita explicações sobre denúncia da IstoÉ

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou à Mesa requerimento para que sejam solicitadas informações ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre a denúncia do jornalista Tales

Faria, da revista *IstoÉ*, segundo a qual "teria muita gente com seus telefones monitorados". Conforme o jornalista, a informação teria sido dada pelo ministro a um líder partidário. – Além da denúncia, a revista

dá a entender que o governo estaria promovendo a caça às bruxas contra seus inimigos. A revelação é grave, exigindo pronto esclarecimento – sustenta Arthur Virgílio no requerimento.



### Azeredo condena apreensão de jornais

Operação da Polícia Federal em cumprimento a mandado de busca e apreensão na gráfica do jornal *O Tempo*, de Contagem (MG), motivou a apresentação de requerimento de informações ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Segundo ele, a ação policial foi "truculenta, autoritária e desnecessária" e tinha como objetivo apreender exemplares de um tablóide intitulado *Betim em Dia*, que conteria propaganda eleitoral irregular e seria publicado pela empresa.

### Heloisa Helena comemora registro provisório do PSOL

A senadora Heloisa Helena (AL) compareceu à sessão plenária da quarta-feira vestindo a camisa de seu novo partido, o PSOL (Partido do Socialismo e Liberdade). Foi o primeiro pronunciamento da senadora depois do registro provisório da legenda na Justiça Eleitoral. Para obter o registro definitivo, são necessárias 430 mil assinaturas. Até agora já foram recolhidas 120 mil.

### Patrícia é recebida por italianos

A senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE) foi recebida, na semana passada, em audiências com representantes da Secretaria de Assuntos Sociais e da Vice-Presidência da Região de Toscana, na Itália, e com parlamentares locais, para relatar a experiência da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e os resultados da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou as redes de exploração sexual infanto-juvenil no país e suas conexões com o exterior.



Patrícia Saboya

### Ideli propõe debate sobre desigualdades regionais

A líder do PT no Senado, senadora Ideli Salvatti (SC), aproveitou as celebrações do dia 7 de setembro para condenar as desigualdades regionais que ainda marcam o Brasil. Ela propôs um debate sobre artigo com o mapa da miséria no país, publicado pelo jornal *Gazeta Mercantil* sob o título "Enfrentar as desigualdades regionais". "As diferenças são gritantes e os bolsões de miséria absoluta também existem em meu estado", relatou a senadora, após uma viagem de cinco dias.

## Mozarildo homenageia professor de educação física

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) lembrou, em pronunciamento, o transcurso do Dia do Profissional de Educação Física, em 1º de setembro. Ele destacou o papel formador do professor de educação física no processo civilizatório do país, e saudou os cinco anos de criação do Conselho Federal de Educação Física (Confef), ressaltando a importância da entidade para a disseminação da prática esportiva no Brasil.

– Diante das realizações do conselho, as declarações indicam a expansão e a prosperidade de uma área que somente tem somado vitórias – assinalou Mozarildo.

Para o senador, é inegável a força e a dimensão que a Educação Física adquiriu no Brasil na últimas décadas, culminando com o reconhecimento constitucional da atividade desportiva na Constituição de 1988, que inclui dispositivo estabelecen-

**Senador lembrou esforço de Roraima para incentivar a prática desportiva**

do que ao Estado compete fomentar práticas esportivas como direito individual do cidadão, estimulando o desenvolvimento de habilidades motoras, atitudes, valores e conhecimento.

O senador destacou ainda o esforço que o estado de Roraima tem feito para responder às exigências constitucionais de obrigações oficiais do estado com a Educação Física.

### Teotonio cobra atenção para vítimas de enchentes

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) destacou artigo de sua autoria, publicado no *O Jornal*, de Maceió (AL), intitulado "Desassistência: na cheia e na seca", onde critica a falta de assistência do governo federal aos flagelados das fortes chuvas que atingiram o Nordeste e que deixaram três mil desabrigados na capital alagoana.

– Novamente, a falta de assistência do governo do PT é um agravante inaceitável e piorou sobremaneira os efeitos de mais esse flagelo que nos atingiu. Neste ano, apesar dos 24 mortos, três mil desabrigados e R\$ 13 milhões de prejuízos só em Maceió, nem tivemos presidente, nem ministros, apenas promessas tardias que não se efetivaram – declarou o senador alagoano.



Teotonio Vilela



## Voz do Leitor

## SALÁRIO MÍNIMO

“Senador Paulo Paim, eu sugiro a desvinculação entre o salário mínimo e salário-base, para que aquele possa ser sempre aumentado numa proporção superior, promovendo ano a ano uma distribuição melhor da renda mínima sem produzir o efeito cascata. Assim, dentro de algum tempo, o salário mínimo voltaria a se equiparar ao salário-base de maneira progressiva e justa.”

**Laurita Rangel, Nova Friburgo (RJ)**

“Eu gostaria de saber dos senadores do PT por que tanta polêmica para pagar um salário mínimo maior. Há tantos desvios e nunca o dinheiro volta aos cofres públicos, e com isso quem sofre é o povo brasileiro. Para mim, o presidente ignora as dificuldades que o povo passa e viaja como se nada estivesse acontecendo.”

**Myrian Therezinha Mello Moreira, de Sorocaba (SP)**

## APOSENTADORIA

“Senadores, quando é que irão fazer alguma coisa pelos aposentados? No que diz respeito à Previdência, por que os aposentados não recebem o que recebiam à época de sua aposentadoria? Sei que está em discussão um projeto sobre isso, a pedido do presidente. Quando ele será aprovado? No próximo mandato presidencial? No Dia de São Nunca? O Estatuto do Idoso sem essa parte não tem significado algum.”

**Gilvan de Farias, de Marília (SP)**

“Senador Romeu Tuma, entramos com dois pedidos de aposentadoria, há quase quatro meses, e o INSS de Atibaia não nos deu nenhuma satisfação. Fizemos reclamação na Ouvidoria, mas ainda não recebemos resposta. Me parece que estão atrasando o benefício de quem irá receber mais de um salário. Senador, o que pode ser feito? Agora temos que reclamar da própria Ouvidoria?”

**Fabiano Generoso Gonçalves, de Atibaia (SP)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes. Edifício Anexo I do Senado Federal - 20º andar. 70165-920 Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211). O endereço do leitor e a autorização para publicação são necessários.*

“Senadores pelo Tocantins, peço que façam um projeto de lei que obrigue as empresas a assinarem a carteira das pessoas de até 60 anos. Como essas pessoas só podem se aposentar com essa idade, o governo tem que dar condições para que o cidadão chegue a essa idade na ativa.”

**Darcy Pereira Cavalcanti, de Palmas (TO)**

## BANCO DO NORDESTE

“Senadora Heloísa Helena, o programa Prodesa, operado pelo Banco do Nordeste (BNB), conta com mais de 400 profissionais, selecionados pelo próprio banco para difundir tecnologia para o semi-árido, mas foi abandonado em 1998. Venho solicitar apoio para provocar uma discussão sobre o programa junto ao BNB, pois mais de 90% dos profissionais envolvidos com o programa não têm condições de assumir os compromissos financeiros com a instituição e agora estão sendo executados pelo banco.”

**Manoel Simões de Azevedo Junior, de Caicó (RN)**

## GUARDAS MUNICIPAIS

“Senadores de Pernambuco, Renan Calheiros, Mão Santa e Heloísa Helena, quando Vossas Excelências começaram a discutir a lei que permite guardas municipais andarem armados, me veio imediatamente à cabeça que teríamos muita violência por parte desses guardas, principalmente aqui no Nordeste, onde a educação passa muito longe da ideal. Hoje em Petrolina é só o que se escuta nas rádios e TVs, visto que guardas municipais exorbitaram em suas funções ao algemar e prender uma senhora grávida, e, além de ameaçar, prenderam o repórter que fazia cobertura da ameaça de demolição de um barraco por parte desses guardas.”

**Zildio Araújo da Silva, de Petrolina (PE)**

## Pergunte ao Senador

## FISCALIZAÇÃO

**Givanildo Cordeiro, São José da Safira (MG)**

Senador, eu gostaria de saber se existe mecanismo legal, ou seja, respaldado por legislação específica, para reger a fiscalização de prefeituras, e, caso exista, porque não é utilizado de maneira correta, em especial nas prefeituras de municípios com menor número de habitantes?



MOREIRA/MARIZ

O senador João Capiberibe (PSB-AP) responde:

Existe sim esse mecanismo de controle a que se refere Givanildo Cordeiro – a Lei Orgânica Municipal. Apesar de diferir de município para município, todas devem prever o controle externo das contas da prefeitura. Essa lei obriga o prefeito a afixar periodicamente, na sede da prefeitura, o movimento de caixa (de forma clara, para que todos possam entender), com os pagamentos efetuados. É obrigatório ainda que, mensalmente, seja tornado público o balancete resumido com as receitas e despesas do município. Os cidadãos devem cobrar isso de seus prefeitos. A Câmara Municipal tem por atribuição, além de votar o orçamento e fazer as leis do município, julgar anualmente as contas prestadas pelo prefeito. Associações de moradores também podem requerer a prestação de contas, para exame, colocando à disposição dos contribuintes.

## JUDICIÁRIO

**Glender Malheiros, São Luís (MA)**

Gostaria de saber quanto tempo a reforma do Judiciário levará para entrar em vigor, após a sua aprovação. Aproveito a oportunidade para perguntar se a autonomia orçamentária tem que ser regulamentada por lei estadual.



CÉLIO AZEVEDO

O senador Edison Lobão (PFL-MA) responde:

A reforma do Poder Judiciário, objeto da sua primeira indagação – após a sua longa e trabalhosa tramitação –, já foi votada pela Comissão de Justiça, que presido, e encontra-se na pauta de votação do Plenário do Senado, podendo ser aprovada muito brevemente. Entrará em vigor após a publicação no *Diário do Congresso Nacional*. À sua segunda pergunta, respondo que não é necessário que a autonomia orçamentária seja regulamentada por lei estadual.

## Frases

“É um ódio de séculos e não chegaremos, no nosso tempo de vida, a ver uma solução que traga a paz naquela região. Agora vejo esse fenômeno ser reproduzido no Brasil nas escolas do MST contra o que chamam de burgueses.”

**Ney Suassuna**, ao alertar que aulas do MST estariam sendo utilizadas como instrumento de doutrina política, abrindo margem à repetição do quadro de violência que envolve Israel e Palestina.

“A sociedade capitalista é que cultiva o ódio, que corrompe o sentido humano, que destrói pessoas, que violenta e gera pessoas violentas.”

**Heloísa Helena**, rebatendo as acusações de Suassuna ao programa do MST.

“É uma iniciativa notável do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque ele sabe que terá oposição até irracional de alguns estados, mas não há alternativa. Há uma parte da Paraíba, por exemplo, que ou recebe água ou as pessoas terão que ser retiradas de lá.”

**Fernando Bezerra**, ao defender o projeto de transposição do Rio São Francisco.



“O Brasil não é mais um país jovem.”

**Leomar Quintanilha**, lembrando que, em 2050, o brasileiro já nascerá com expectativa de vida de 81 anos.

“Juscelino é um herói brasileiro e um exemplo para o momento atual. Como democrata, ele nunca perseguiu ninguém.”

**Paulo Octávio**, numa referência ao comportamento político do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que completaria 102 anos em setembro.



“É motivo de orgulho termos um Exército servindo ao Estado democrático de direito.”

**Valmir Amaral**, registrando a passagem do Dia do Exército e do Soldado, comemorado em 25 de agosto.

“Novamente, a falta de assistência do governo do PT é agravante inaceitável e piorou, sobremaneira, os efeitos de mais esse flagelo que nos atingiu.”

**Teotônio Vilela**, ao criticar a ajuda do governo ao Nordeste em função das fortes chuvas que deixaram 3 mil desabrigados só em Maceió.

## Foto da Semana

Índios xavantes e timbiras levaram duas toras de buriti ao Plenário do Senado. Objetivo: defender a aprovação de projetos que transformam o Cerrado em patrimônio nacional



J. FREITAS



# As PPPs estão prontas para ser votadas?

Uma das prioridades legislativas do governo federal este ano, o projeto das parcerias público-privadas (PPPs) produziu grande polêmica dentro e fora do Congresso Nacional e, por falta de acordo entre as lideranças partidárias, corre o risco de não ser votado durante o esforço concentrado

desta semana.

Já analisada pela Câmara e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado, a proposta ainda depende de votações nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ir a Plenário.

Com as parcerias, os governos federal, estaduais e municipais poderão firmar contratos com empresas privadas para investimentos em obras de infra-estrutura. Os parceiros privados seriam compensados com a exploração dos serviços durante a vigência do contrato.



IDELI SALVATTI

ROOSEVELT PINHEIRO

"O país ingressou em um ciclo de expansão, cuja sustentação depende de investimentos em infra-estrutura. A indústria opera com 84% de sua capacidade instalada"

## SIM

### País tem oportunidade histórica que não pode ser desperdiçada

O projeto que institui as parcerias público-privadas no âmbito da administração pública é de alta relevância, por ser uma nova modalidade capaz de viabilizar investimentos privados na infra-estrutura. É um instrumento inovador, utilizado originalmente na Inglaterra, que vem se difundindo pela Europa (Portugal, Espanha, Itália...) e até mesmo na América Latina (México e Chile, por exemplo).

As PPPs servem para viabilizar projetos de longo prazo – cujos resultados iniciais não atrairiam capitais privados – que sejam economicamente vantajosos durante a totalidade de sua vida útil.

A carência de investimentos na infra-estrutura vem ocorrendo no país há vários anos, em consequência da crise gerada com o elevado endividamento público. As rodovias acham-se congestionadas e deterioradas, faltam investimentos em ferrovias e portos. A Ferrovia Norte-Sul, fundamental para a mobilização competitiva do potencial agrícola do Centro-Oeste, e a Ferrovia Transnordestina tampouco têm tido financiamento.

O país ingressou em um novo ciclo de expansão, cuja sustentação depende de investimentos em infra-estrutura. É uma oportunidade histórica que não deve ser desperdiçada. A indústria está operando com 84% de sua capacidade instalada. Os portos vêm trabalhando 24 horas por dia.

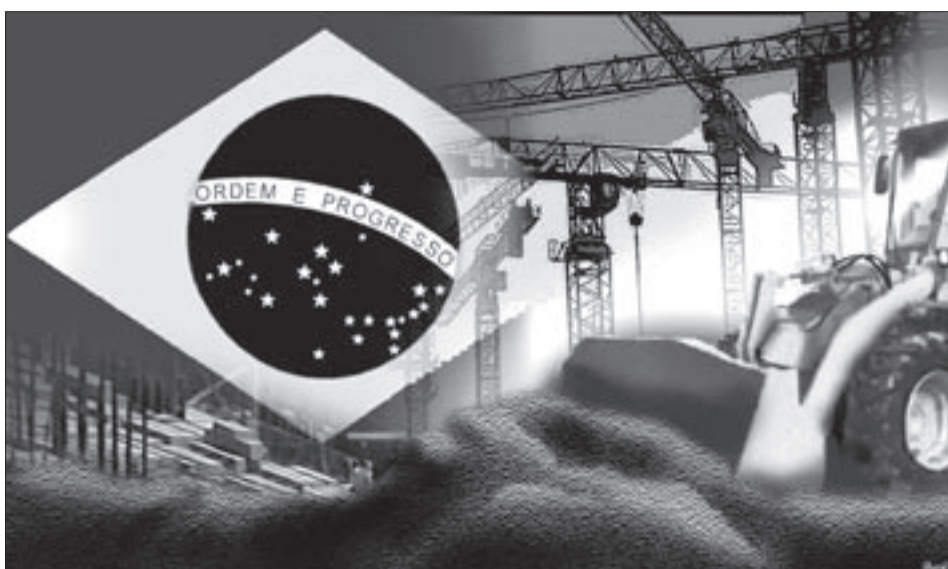
Há consciência da complexidade das PPPs. O governo tem dialogado para o aperfeiçoamento do projeto. Já existem propostas consistentes para o equacionamento das divergências no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos,

onde atualmente tramita a proposta. A adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, pode ser feita com o estabelecimento de um limite percentual para o comprometimento da receita líquida fiscal.

*Resta avançar com as negociações finais no âmbito do Congresso*

Para os fundos de pensão, importante fonte de poupança de longo prazo, as PPPs serão uma forma de garantir rentabilidade adequada e estável de suas cotas. O financiamento dos projetos deve ser de responsabilidade do setor privado. A negociação de financiamento junto ao BNDES somente deverá ocorrer após a prévia seleção do vencedor da licitação. A execução exclusivamente de obras obedecerá à Lei de Licitações e não será objeto de parceria, que se aplicará somente aos projetos que envolvam, conjuntamente, a prestação de serviços.

São Paulo, Minas Gerais e Goiás já aprovaram suas leis de PPPs. Resta agora avançar com as negociações finais no âmbito do Congresso.



"Parceria significa cooperação e equilíbrio. Lucro privado em troca de benefícios à coletividade. Do contrário, teremos o capitalismo sem risco"



TASSO JEREISSATI

ROOSEVELT PINHEIRO

## NÃO

### É preciso garantir o equilíbrio entre interesse público e privado

As parcerias público-privadas podem se tornar um importante instrumento para a retomada do crescimento da economia nacional, de forma sustentada, suprimindo nossa necessidade de obras de infra-estrutura. As circunstâncias justificam as parcerias.

A capacidade do Estado brasileiro para financiar obras de infra-estrutura e serviços à população é reduzida. Por outro lado, determinados serviços não atraem o empreendedor privado pela baixa ou nenhuma rentabilidade. Ao mesmo tempo, a tarifa cobrada (como o bilhete do metrô, pedágio de uma estrada, frete ferroviário, taxa portuária, tarifa elétrica) não pode ser muito elevada, sob pena de se tornar inaceessível à maioria da população ou desinteressante ao usuário. As PPPs são uma forma de compatibilizar o preço módico (interesse público) com a rentabilidade (interesse privado) do serviço. Todo o problema embutido no projeto está em garantir o justo equilíbrio entre os

interesses público e privado.

A contratação de obras dissociadas de serviços através de PPPs é uma evidente brecha para fugir dos rigores da Lei de Licitações. Da mesma forma, permitir que o parceiro privado proponha um projeto, indenizando-o se não for o vencedor da concorrência, poderá criar uma indústria de projetos, além da óbvia chance de dirigismo. No mesmo sentido, a falta de critérios predeterminados para as garantias a serem prestadas pelo parceiro privado,

além da combinação da proposta técnica e de preço, prejudica a necessária imparcialidade na produção do edital e no julgamento dos concorrentes.

O limite de endividamento dos estados imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal é talvez o mais importante instrumento de equilíbrio fiscal. Contabilizar os compromissos do setor público com parcerias público-privadas como despesa corrente, fugindo daqueles limites, põe por terra todo o espírito daquela norma legal.

Devem-se ainda impor limites ao financiamento do parceiro privado com recursos públicos, quer seja através de instituições oficiais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), seja através de fundos de pensão patrocinados pelo setor público. Não fazê-lo é nos arriscarmos a ter autênticas "parcerias público-públicas".

Parceria significa cooperação e equilíbrio. Rentabilidade razoável e qualidade dos serviços. Lucro privado em troca de benefícios à coletividade. Do contrário, teremos o capitalismo sem risco, para cujos riscos muitos já advertem.

*Não podemos nos arriscar a ter autênticas "parcerias público-públicas"*



# Adolescência e música de qualidade na Rádio Senado

A moderna música popular brasileira ganha espaço no fim de semana na Rádio Senado, que dedica às intérpretes mais conhecidas do estilo o programa *Música do Brasil*, exibido no sábado (dia 18), às 16h, e reapresentado no domingo (dia 19), às 16h.

Canções como *Quem de nós dois*, de Grignani e Massimo Luca; *Encontros e despedidas*, de Milton Nascimento; e *Agora só falta você*, de Rita Lee e Luiz Sérgio, serão interpretadas pelas cantoras Ana Carolina e Maria Rita, tendo esta última recebido prêmio de artista revelação do Grammy Latino deste ano.

Também nesta semana, o *Música Erudita e Seus Mestres* traz uma coletânea da música clássica, com obras como a *Sonata para Piano*, de Schubert, *Cantos dos Bosques de Viena*, de

Strauss, e *Bosques Silenciosos*, de Dvorak. Produzido e apresentado pelo ex-senador Artur da Távola, a atração vai ao ar neste sábado, às 11h, com reprise no domingo, às 15h.

A Rádio Senado apresenta ainda o *Vozes do Século XX*, que busca resgatar a memória musical nacional e internacional, os grandes intérpretes e as canções inesquecíveis. A edição deste sábado, às 22h, também conduzida por Artur da Távola, tem como marca a variedade e mostra, entre outros, *Mrs. Robinson*, de Paul Simon, com Simon & Garfunkel; *Mano a Mano*, de Gardel, Razzano e Flores, com Carlos Gardel; e *Escurinha*, de Geraldo Pereira e Arnaldo Passos, com Zizi Possi. A reprise será no domingo, às 17h. Já no programa *Autores e*



Artur da Távola, ex-senador, produz e apresenta diversos programas, como o *Música Erudita e Seus Mestres* e *Vozes do Século XX*

*Livros*, no domingo, às 9h, será entrevistada a médica e escritora Laís Cristina Almeida, que faz parte do Centro de Postura e Osteopatia de Belo Horizonte e é autora do livro *O Tiro da Bruxa - Postura Correta, Corpo Saudável*.

A obra trata de trabalho realizado sobre correção na postura, principalmente de crianças e adolescentes.

Para informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

### SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.



## LIVROS

## Grandes obras, a preço de custo

O Senado Federal, por meio de seu Conselho Editorial, tem procurado preencher lacunas na bibliografia brasileira, publicando obras de grande interesse cultural e histórico, cujo valor comercial, no entanto, não enseja edições pelas editoras privadas. Os livros podem ser adquiridos a preço de custo no Senado, nas feiras de livro das quais o Senado participa e ainda pela Internet, no site da instituição ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)): clicar em Publicações e, em seguida, em Catálogo de Publicações. A partir da próxima semana, o **Jornal do Senado** vai trazer resenhas com informações detalhadas de cada obra e de seus autores.

As publicações têm grande demanda entre professores, estudantes e pesquisadores. Além delas, o Senado imprime obras em braile. Estas não são vendidas, mas doadas a entidades de assistência a deficientes visuais. Já foram impressos em braile, entre outros livros, a Constituição federal; a Lei de Doação de Órgãos; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

## Primeiros quadrinhos estão disponíveis

Um dos exemplos mais significativos das publicações do Senado é *As Aventuras de Nhô-Quim & Zé Caipora*, os primeiros quadrinhos brasileiros. O livro traz as histórias publicadas por Ângelo Agostini entre os



Textos de autores clássicos estão reunidos em *Conselhos aos Governantes*

anos de 1869-1883 nas revistas *Vida Fluminense*, *Don Quixote* e *O Malho*. Os quadrinhos de Zé Caipora são considerados os primeiros de aventura realista em todo o mundo. O livro é um álbum de luxo com 188 páginas, capa dura, vendido a R\$ 50.

Bom exemplo da diversidade das edições é *Conselhos aos Governantes*, que reúne, em 841 páginas, textos de autores clássicos como Isócrates, Platão, Kautilya, Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Maurício de Nassau, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e d. Pedro II. O livro, vendido a R\$ 30, ganhou recentemente edição reduzida em braile.

Mais informações sobre o catálogo de publicações pelos telefones (61) 311-3575 e 311-3576, fax: (61) 311-4258 ou pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br).

## RADIOAGÊNCIA SENADO

## Trabalho de senadores chega a 540 emissoras

A RadioAgência Senado oferece a mais de 540 emissoras no Brasil e no mundo notícias sobre as decisões e os trabalhos dos senadores, além dos programas culturais produzidos pela equipe da Rádio Senado. Em alguns casos, principalmente nas rádios do interior do país, essa é uma das poucas maneiras de obter notícias sobre as ações dos membros do Legislativo em Brasília.

A agência de notícias distribui gratuitamente o material jornalístico da Rádio pela Internet, tornando disponível o download dos programas e das notícias em arquivos no formato MP3, que têm qualidade e podem ser baixados diretamente para o computador do usuário e colocados no ar.

Para conseguir o material, basta que a emissora interessada se cadastre na página [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio). Atualmente, os arquivos com as matérias e programas especiais da Rádio Senado são copiados cerca de 1.500 vezes por dia, o que implica uma audiência que pode chegar aos 25 milhões de pessoas, calcula o coordenador do núcleo RadioAgência, Carlos Quezado.

O objetivo principal do serviço, informou Quezado, é atingir um público maior do que os ouvintes da Rádio Senado, que transmite apenas para o Distrito Federal, em FM, e para as Regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oes-

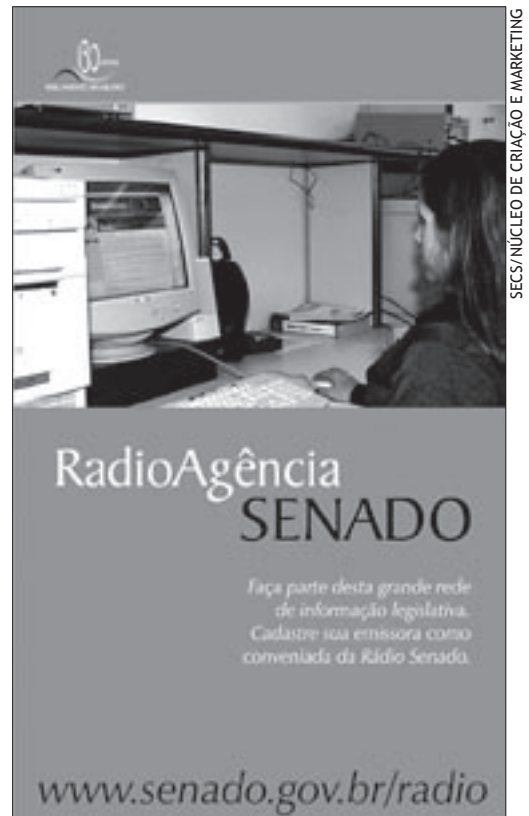
te, por meio de ondas curtas.

## Iniciativas ampliam visibilidade

Desde a sua fundação, a RadioAgência tem realizado um trabalho de divulgação do seu serviço por meio dos veículos de comunicação do Senado, de eventos e de visitas às emissoras de rádio. Essas iniciativas são fundamentais para o aumento da abrangência do serviço.

Na última semana, o coordenador Carlos Quezado visitou emissoras do Pará, região apontada pelos dados da RadioAgência como a que possui a menor audiência potencial, ou seja, o menor número de conveniadas em relação à população da região. Além de rádios da capital Belém, Quezado conheceu emissoras dos municípios de Vigia de Nazaré, Castanhal e Bragança, situadas no nordeste do estado.

Muitas dessas emissoras, de acordo com ele, não têm acesso ao conteúdo da Rádio Senado por limitações tecnológicas. O acesso à Internet, fundamental para a aquisição do serviço, é bastante



SECS/NÚCLEO DE CRIAÇÃO E MARKETING

precário em algumas regiões.

No entanto, a viagem ao Pará deu mais visibilidade às atividades da RadioAgência. Em menos de uma semana, 20 novas emissoras paraenses fizeram seus cadastros via Internet e já estão acessando o serviço.

Mais informações sobre a RadioAgência pelo número (61) 311-1337, pelo e-mail [radioagencia@senado.gov.br](mailto:radioagencia@senado.gov.br) ou no site [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

## Conheça o Senado

## A Casa que é um patrimônio cultural

O Senado não é apenas palco das decisões políticas do país. Ele possui um acervo artístico tão valioso que torna a Casa um patrimônio cultural. Parte dessa coleção pode ser apreciada pelo público no Museu do Senado, que expõe obras de artistas como Athos Bulcão, principal colaborador de Oscar Niemeyer e um dos mais significativos artistas brasileiros do século 20, além de móveis e esculturas pertencentes às duas antigas sedes, o Palácio Monroe e o Conde dos Arcos.

Uma das obras que mais cha-

ma a atenção é a tela *Primeiro Congresso da República dos Estados Unidos do Brasil*, feita pelo caricaturista espanhol Gustavo Hastoy, em comemoração à assinatura da primeira Constituição republicana, em 1891.

O quadro foi encomendado depois do ato oficial. O artista retratou a ocasião com base em relatos daqueles que estavam presentes na cerimônia.

Além disso, há um painel em vidro temperado, jato de areia e ferro, doado por Mariane Peretti em 1978. A artista é responsável

pelos painéis da Catedral de Brasília e fez uma obra semelhante para a Câmara dos Deputados, que a expõe no Salão Verde.

Chama atenção ainda o Troféu *Criança e Paz*, do artista plástico José Guerra, entregue pela Unesco ao Senado em 1989. É um reconhecimento ao trabalho das comissões parlamentares de inquérito que investigaram o extermínio de menores.

O museu fica no Salão Nobre, onde são recebidas autoridades que visitam o Congresso.

O Museu do Senado Federal é aberto a visitação. De segunda a quinta, das 9h às 12h, e sexta, das 14h às 18h. Informações pelo telefone (61) 311-4029.



CÉLIO AZEVEDO

Parte do acervo artístico do Senado pode ser apreciada pelos visitantes no museu, que fica no Salão Nobre

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella  
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620  
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do

Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
Agência Senado  
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

## www.senado.gov.br

E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



# Diabetes afeta 17 milhões. Previna-se

Hoje no Brasil há aproximadamente 17 milhões de pessoas diabéticas, o que equivale a cerca de 10% da população. De acordo com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), outros 40 milhões

de brasileiros correm risco de adquirir a doença, que já é considerada epidemia mundial pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Assim como a hipertensão, o diabetes não tem cura. O

controle da doença requer um novo estilo de vida, que inclui alimentação balanceada e a prática regular de exercícios físicos, além do tratamento medicamentoso.

Hábitos de vida mais saudáveis

também são apontados pela OMS como a melhor forma de se prevenir o diabetes, especialmente o tipo 2. O estudo apontou que o aumento dessa variante do distúrbio está ligado ao sedentarismo e à má alimentação.

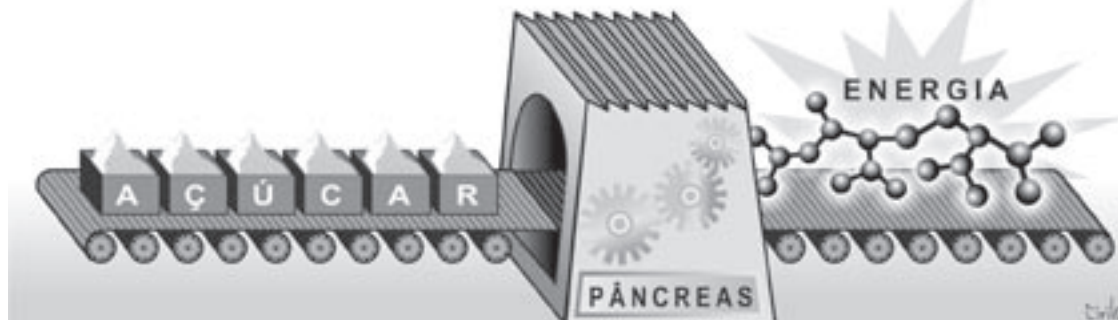
O **Especial Cidadania** desta semana fala das formas de prevenção, controle e sintomas da doença. Além disso, apresenta os programas governamentais sobre o diabetes e informações úteis aos portadores do distúrbio.

## Conheça as causas, formas, sinais e sintomas da doença

Diabetes Mellitus (DM) é um distúrbio metabólico em que o corpo não fabrica ou não usa apropriadamente a insulina, hormônio produzido pelo pâncreas que converte o açúcar na energia de que o corpo necessita para realizar as atividades diárias.

A falta dessa substância promove o aumento do nível de glicose no sangue (hiperglicemia), alterando também o metabolismo das proteínas e gorduras. O diagnóstico da doença é feito a partir de testes que pesquisam a presença de açúcar na urina e no sangue, mas deve ser comprovado no exame laboratorial. Pessoas com diabéticos na família ou que estão muito acima do peso e são sedentárias devem fazer o exame regularmente e prevenir-se com hábitos saudáveis.

Se não for controlado adequadamente, o diabetes pode causar sérias complicações ao organismo, como a neuropatia, doença nos nervos cujos sintomas incluem o adormecimento e às vezes dor nas mãos, pés, ou pernas; e a retinoplastia, uma das principais causas de cegueira entre os diabéticos.



### Tipos de diabetes

#### DM I

É mais freqüente entre crianças e adultos jovens. Trata-se da destruição das células que produzem a insulina, provocando a falta dessa substância no organismo. É necessária a aplicação diária do hormônio, além da prática de exercícios e restrição alimentar. Os portadores desse tipo de diabetes são conhecidos como insulino-dependentes.

#### DM II

Nesse tipo da doença, o corpo resiste à ação da insulina ou não produz o hormônio em quantidade suficiente. É mais comum entre os mais adultos, mas o crescimento do número de crianças e jovens obesos tem aumentado a sua incidência nos mais novos. O tratamento inclui restrição alimentar, prática de exercícios e medicação oral.

#### Gestacional

Tipo mais incomum da doença, atinge grávidas que não eram diabéticas antes da gestação. Elas desenvolvem alterações variadas na tolerância à glicose. Geralmente, desaparece após o parto e não oferece riscos à criança, desde que seja controlada durante o pré-natal. Algumas mulheres podem desenvolver o diabetes tipo 2.

### Portadores devem ter cuidado com os pés

Todos os diabéticos devem estar atentos aos pés, sujeitos a infecções que, se não tratadas, podem levar à amputação dos membros. Publicamos algumas dicas da Sociedade Brasileira de Diabetes para o cuidado do pé diabético:

- Frieiras ou micoses nos pés, unhas encravadas ou que crescem de forma diferente umas das outras, calos, bolhas e feridas são sinais de alerta, que devem ser relatados na consulta médica.

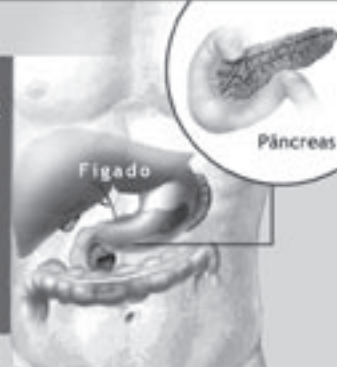
- Evite andar descalço e utilize meias de algodão, para que a pele respire. Elas não devem ser nem muito apertadas, nem muito largas.

- Evite sapatos estreitos, com bicos finos, com saltos altos, e também os baixos demais. O ideal é aquele que acomode seus pés confortavelmente.

### Sintomas mais freqüentes

O diabetes pode ser de difícil diagnóstico, já que algumas das suas manifestações são subjetivas, como fraqueza e cansaço, entre outros. Recomenda-se a realização do teste com freqüência, especialmente em pessoas que possuem diabéticos na família. De modo geral, os principais sintomas são:

- Perda de peso, no tipo 1
- Ganho de peso, no tipo 2
- Sede excessiva
- Excesso de urina
- Visão embaçada
- Muita fome
- Fraqueza
- Infecções repetidas na pele e mucosas



## Tratamento começa com hábitos saudáveis

O diabetes não tem cura, mas, se controlado, permite que o portador leve uma vida normal. Para isso, além do tratamento medicamentoso, é fundamental que o paciente desenvolva hábitos como o controle da alimentação e a prática de exercícios.

“O tratamento do diabetes é o retorno a uma vida saudável”, diz Jane Dullius, coordenadora do Programa Orientado de Atividades Físicas para Diabéticos da Universidade de Brasília (Proafidi), que promove atividades multidisciplinares para diabéticos.

Jane reforça a necessidade de o



A prática de exercícios é fundamental no controle e prevenção do diabetes

portador ser submetido a um triplo acompanhamento: por médico, nutricionista e profissional de educação física, que vai avaliar o tipo, a intensidade e o volume do exercício que será eficaz para cada pessoa. “Muitas vezes, a famosa caminhada de 30 minutos não é eficaz, ou então, o paciente simplesmente abandona a prática por não gostar de caminhar”, conta.

Cuidados com a saúde podem ainda prevenir o surgimento do diabetes tipo 2. Nesses casos, a obesidade e o sedentarismo são considerados os principais fatores de risco do distúrbio. Pesquisa da

Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) aponta que a prática diária de exercícios pode reduzir e, em alguns casos, até eliminar o risco do aparecimento dessa modalidade da doença.

Além disso, todas as unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) devem fornecer gratuitamente os medicamentos orais mais utilizados e a insulina NPH aos diabéticos cadastrados, conforme informou a coordenadora do Programa Nacional de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus do Ministério da Saúde, Rosa Sampaio Vila-Nova.

As Farmácias Populares, inauguradas em junho deste ano, também oferecem medicamentos para controle do diabetes a custo reduzido. Já existem unidades do programa em Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia. O governo prevê a inauguração de farmácias em Manaus, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Recife, Brasília e Porto Alegre.

### Propostas em tramitação no Congresso

Está em análise pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) projeto do senador Romero Jucá (PMDB-RR) permitindo que os portadores de formas crônicas de diabetes obtenham aposentadoria por invalidez e recebam o auxílio-doença (PLS 69/02). Para que o benefício seja concedido, a incapacidade de trabalhar deve ser atestada. Na Câmara dos Deputados, a maioria das

propostas busca assegurar que todos os portadores de diabetes recebam gratuitamente os remédios de que precisam para o tratamento. Elas tramitam em conjunto com projeto do ex-senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que determina a distribuição gratuita dos medicamentos e dos materiais necessários à monitoração do índice glicêmico (PL 3.037/00). Garantir que as crianças portadoras de

diabetes recebam alimentação adequada nas merendas escolares é o que prevê a proposição (PL 647/99) do deputado Marcos de Jesus (PTB-PE).

Além disso, os remédios e equipamentos utilizados no tratamento de diabetes podem ficar mais baratos pela isenção do Imposto sobre Produtos Importados (IPI), conforme prevê texto do deputado José Pimentel (PT-CE).

### Informações

Disque Saúde: 0800 61-1997

Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD)

Tel.: (11) 3846-0729  
[www.diabetes.org.br](http://www.diabetes.org.br)

Programa Orientado de Atividades Físicas para Diabéticos da UnB (Proafidi)

Tel.: (61) 307-2609  
[www.unb.br/fef/diabetes](http://www.unb.br/fef/diabetes)  
[diabetes@unb.br](mailto:diabetes@unb.br)

Federação Nacional de Associações de Pacientes Diabéticos

[www.fenad.org.br](http://www.fenad.org.br)  
Associação Nacional de Assistência ao Diabético (Anad)  
Tel.: (11) 5572-6559 e 5549-6704  
[www.anad.org.br](http://www.anad.org.br)

Associação de Diabetes Juvenil (ADJ)  
Tel.: 0800 100-627  
<http://www.adj.org.br>

Associação Pernambucana do Diabético Jovem  
Tel.: (81) 326-8862  
<http://elologica.br.inter.net/elcy/>

Instituto da Criança com Diabetes  
Tel.: (51) 3362.3771  
[www.icdrs.org.br](http://www.icdrs.org.br)

Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)  
Tel.: (61) 225 6027  
[www.cfn.org.br](http://www.cfn.org.br)

Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM)  
[www.endocrino.org.br](http://www.endocrino.org.br)

Sociedade Brasileira de Nutrição Clínica  
[www.sbnc.ntr.br](http://www.sbnc.ntr.br)

Diabetes OnLine  
[www.diabetesonline.com.br](http://www.diabetesonline.com.br)